



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1002438-06.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Contratos Bancários**
 Requerente: **'Banco do Brasil S/A**
 Requerido: **Marcelo Brigante Pizzolato**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

'BANCO DO BRASIL S/A, qualificado(s) na inicial, ajuizou ação de Procedimento Comum em face de Marcelo Brigante Pizzolato, também qualificado, alegando que o requerido figura como devedor do contrato de crédito direto ao consumidor operação nº 868018191, com saldo devedor em 31/03/2018 de R\$ 177.132,97 e que embora tentado através de vias administrativas o recebimento de dito valor, não obteve êxito, à vista do que requereu a condenação do réu ao pagamento do valor atualizado da dívida R\$ 177.132,97, com os acréscimos legais e com os encargos da sucumbência.

O réu contestou o pedido. Inicialmente pugnou pela aplicação dos preceitos previstos no Código de Defesa do Consumidor, conforme orientação da súmula nº 297 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, tratando-se a hipótese de contrato de adesão, de modo que a interpretação de seus cláusulas depende da existência de equilíbrio entre os direitos e obrigações dos contratantes; no mérito, sustenta a necessidade de correção do valor devido uma vez que teria havido evolução exponencial da dívida, computando-se juros capitalizados e que, não obstante as reiteradas amortizações por ele realizadas, , não houve redução significativa do débito e que, segundo o entendimento dos Tribunais, há a possibilidade de revisão das cláusulas contratuais diante da boa-fé objetiva e em se tratando de instituição financeira, a pactuação de juros em taxa superior a 12% ao ano revela-se abusiva quando avençada acima da taxa média de mercado, passando a requerer a realização de perícia para que seja apurada dita abusividade e que, ademais, embora o enunciado 596 do STF não limite a taxa de juros, no caso concreto, para que seja permitida a capitalização de juros há a necessidade de cláusula expressa nesse sentido, de modo a concluir pela necessidade de realização de prova pericial, a ser custeada pelo autor, a fim de que seja verificada o efetivo valor da dívida, com a redução da taxa de juros diante da abusividade, condenando-se o autor aos encargos de sucumbência.

O autor replicou reiterando os termos da inicial.

É o relatório.

DECIDO.

O feito comporta julgamento antecipado, conforme permite o artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, à vista das provas existentes nos autos, suficientes para o deslinde da questão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Inicialmente, cumpre destacar a seguinte regra - *“caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias”* (artigo 370 do CPC/15).

Segundo sedimentado pelo Supremo Tribunal Federal, a necessidade da produção de prova há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide implique cerceamento de defesa.

E no caso dos autos, a antecipação é legítima, tendo em vista que os aspectos decisivos estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do Magistrado (STF, RE nº 101.171-8/SP).

Nestes termos, desnecessária a realização de prova pericial, porque a matéria enseja pronunciamento exclusivo de direito, sobre abusos e ilegalidades.

...

No mérito, o réu limita-se a sustentar a incorreção do valor cobrado uma vez que no período de contratação teriam sido computados juros de forma capitalizada.

Cumprido considerar que a discussão da limitação da taxa de juros já se acha há muito superada, inclusive porque *“A Súmula Vinculante nº 07, em dezembro de 2008, decidiu definitivamente a questão, não sendo mais cabível, portanto, qualquer discussão sobre eventual limitação legal para os juros a serem cobrados pelo banco”*.

A propósito, é o seguinte, o teor da referida Súmula: *“a norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar”*.

E não é só.

Pelo título que é objeto de cobrança, o pagamento foi pactuado para realizar-se em 60 (sessenta) prestações mensais de valor igual de R\$ 8.743,54, calculadas a partir da taxa de juros pré fixada de 5,89% ao mês(fls.30).

Em tais circunstâncias, segundo entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, torna-se aritmeticamente impossível se falar em capitalização, eis que, *“no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros”*(cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013).

E assim é porque *“em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida”* (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Privado TJSP - 27/06/2012).

Ou seja, não há juridicidade no argumento da limitação da taxa de juros, inclusive porque haveria necessidade de efetiva demonstração dessa disparidade de percentuais, conforme apontado pelo Superior Tribunal de Justiça: *“Consoante firmado no voto condutor do REsp 1061530/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009, o simples fato de a taxa de juros remuneratórios contratada superar o valor médio do mercado não implica seja considerada abusiva, tendo em vista que a adoção de um valor fixo desnaturaria a taxa, que, por definição, é uma “média”, exsurgindo, pois, a necessidade de admitir-se uma faixa razoável para a variação dos juros”* (cf. AgrReg. No AI nº 135.547/RS – 3ª Turma STJ – 06.03.2012).

A jurisprudência majoritária caminha no sentido de que inexiste qualquer ilegalidade em ser fixada em patamar superior a 1% ao mês, uma vez que as instituições financeiras podem pactuá-las livremente.

De fato, às instituições financeiras não se aplicam as limitações da Lei de Usura, prevalecendo o teor da Súmula nº 596 do STF *“As disposições do Decreto 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional”*, que permanece vigente, conforme entendimento jurisprudencial expresso nos recentes julgados: *“CONTRATOS BANCÁRIOS [...] Legalidade de juros remuneratórios superiores ao percentual de 12% a.a. por inaplicável esse limite previsto na Lei de Usura (Decreto 22.626/1933, art. 1º) na exegese da Lei de Reforma Bancária (Lei número 4.595/64), recepcionada na CF/1988 como lei complementar, de constitucionalidade reconhecida na ADIn 4-7/DF por não outorgada nova lei do Sistema Financeira Nacional, conforme previsão no ADCT, art. 192, e pelas mesmas razões por revogado na EC 40/2003 esse percentual também previsto no § 3º, tal qual reconhecido pelo C. STF na Súmula 648 e Súmula Vinculante 7, remanescendo o assentado na Súmula 596 e Súmula STJ 382 [...]”* (cf. Apelação 1100388-89.2017.8.26.0100 - TJSP - 02/07/2018).

Como também: *“AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS SCÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO [...] JUROS Limitação A súmula 596 do Colendo Supremo Tribunal Federal, a recente súmula nº 382, do Colendo Superior Tribunal de Justiça e a súmula vinculante nº 7 possibilitaram às instituições financeiras cobrarem juros acima do limite de 12% ao ano Sentença mantida [...]”* (cf; Apelação 1001585-72.2016.8.26.0596 - TJSP - 8/06/2018).

O réu sucumbe e deverá, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o(a) réu Marcelo Brigante Pizzolato a pagar a(o) autor(a) 'BANCO DO BRASIL S/A a importância de R\$ 177.132,97 (cento e setenta e sete mil e cento e trinta e dois reais e noventa e sete centavos), acrescida de correção monetária pelo índice do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

INPC, a contar da data dos documentos que instruem a inicial, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO o réu ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 04 de setembro de 2018.

Milton Coutinho Gordo

Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA